

# Estudo Técnico Preliminar

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23292.018017/2022-24

## 2. Descrição da necessidade

TERCEIRIZADOS PARA O IFSC REDE - Contratação, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, de pessoa jurídica especializada na gestão de mão de obra para a prestação de serviços terceirizados de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra, nos postos de: Tradutor Interpretador de Libras e Cuidador Técnico em Enfermagem, a serem executados nos Campi do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, sediados nas Cidades de Caçador, Florianópolis, Gaspar, Joinville, Lages, Palhoça, , São Miguel do Oeste e Tubarão.

O objetivo da contratação é a execução de atividades complementares e acessórias ao funcionamento das atividades-meio do IFSC, que tem como atividade-fim: o ensino, a pesquisa e a extensão.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Assuntos Estudantis	EVANDRO BELMIRO DA SILVA (SIAPE 1864226)

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem os seguintes aspectos:

- Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- Racionalização e a maior efetividade da gestão e fiscalização contratual, tendo como requisitos básicos:
  1. contratação de empresa especializada, com experiência comprovada, em gestão de mão de obra em serviços terceirizados;
  2. alocação de empregados observando as especificações contidas nos Planos de Trabalho, as atribuições e os requisitos de grau de instrução, exigências legais, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes.
  3. cumprimento de jornada de trabalho semanal de 40 horas ou 20 horas pelos empregados, no período de segunda-feira a sexta-feira e, excepcionalmente e a critério do IFSC, nos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto, no horário compreendido entre 6h e 22h;
  4. excepcional realização de horas extras pelos empregados somente mediante prévia autorização do Fiscal de Contrato e prévio acordo com a contratada, com compensação obrigatória até o mês seguinte ao da realização, sendo proibida a remuneração;
  5. desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços contratados nas dependências do IFSC;
  6. disponibilização dos empregados para o início dos serviços em até 20 (vinte) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato;

7. vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;
8. estabelecimento de indicadores do desempenho da contratada na execução dos serviços, por meio de IMR – Instrumento de Medição de resultado, com possibilidade de adequação do pagamento devido pelo contratante;
9. duração inicial do contrato de 12 (doze) meses;
10. enquadramento das categorias profissionais dos empregados de acordo com a CBO, aprovada pela Portaria nº 397 do MTE, de 09 de outubro de 2002, na forma especificada nos Encartes A deste Termo de Referência;
11. declaração da empresa licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços;
12. cumprimento pela contratada e pelo IFSC das obrigações previstas no Projeto Básico.

Os serviços a serem contratados têm natureza contínua, necessários ao desempenho das atribuições da Instituição, cuja interrupção causa e/ou compromete a continuidade de suas atividades administrativas e acadêmicas.

Poderão ser contratados interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

Não poderão ser contratados os interessados:

1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

Relevante salientar que:

- A CONTRATADA deverá manter, junto ao local de prestação dos serviços, preposto aceito pelo IFSC, durante todo o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e dos insumos consumidos.

O IFSC não se vinculará às disposições contidas em ACT - Acordo Coletivo de Trabalho, CCT - Convenção Coletiva de Trabalho ou DCT - Dissídio Coletivo de Trabalho que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

Os demais requisitos para esta contratação são aqueles que estão descritos no detalhamento do(s) item(ns) do documento de oficialização das demandas.

## 5. Levantamento de Mercado

A equipe de planejamento realizou um levantamento de contratações semelhantes, consultando os processos do pregão 15/2021 da UFFS (UASG 158517). Onde o custo final do Interpretador de Libras 20h (Item 17) foi de R\$ 5.727,06.

A equipe de planejamento realizou um levantamento de contratações semelhantes, consultando os processos do pregão 11/2021 do IFC (UASG 158125). Onde o custo final do Interpretador de Libras 40h (Item 2) foi de R\$ 5.579,08 com salário de R\$ 2.049,99, que não corresponde ao retratado no mercado de trabalho.

A equipe de planejamento realizou um levantamento de contratações semelhantes, consultando os processos do pregão 29/2021 do IFRS (UASG 158126). Onde o custo final do Interprete de Libras 20h (Item 1) foi de R\$ 6.780,00.

A equipe de planejamento realizou um levantamento de contratações semelhantes, consultando os processos do pregão 12/2022 do ICMBIO (UASG 403033). Onde o custo final do Posto de Técnico em Enfermagem (Item 3) foi de R\$ 7.321,50.

## 6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo parte da descrição sintética dos obstáculos atualmente enfrentados pelo IFSC e busca minimizar os problemas nos processos de licitação, contratação e gestão e fiscalização contratual, tendo como perspectiva racionalização que promova a eficiência da alocação dos recursos públicos, considerando os seguintes aspectos principais:

- a. custo e capacitação dos servidores envolvidos nos processos de licitação e gestão e fiscalização de contratos;
- b. grande volume de gastos com serviços terceirizados;
- c. falhas recorrentes, tanto nas licitações quanto na gestão e fiscalização de contratos, sistematicamente apontadas pelos órgãos de controle;
- d. fiscalização administrativa baseada em informações e documentos não uniformizados;
- e. fragmentação do processo licitatório;
- f. ineficiência dos gastos relacionados aos processos de licitação e de gestão e fiscalização contratual;
- g. descrições, requisitos, valores dos cargos, procedimentos e instrumentos licitatórios e contratuais despadronizados;
- h. tendência de aumento da execução indireta de serviços;

O IFSC atua em rede, e cada um de seus campus possui demandas e necessidades específicas. No entanto, a terceirização dos serviços que são objeto desta contratação possui características semelhantes e visa atender a maioria dos nossos campus e Reitoria. Nesta via, foi feito um levantamento das necessidades institucionais de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra por todo o IFSC no primeiro semestre de 2022.

O planejamento para esta contratação foi realizado buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na contratação de serviços de terceirizados, contemplando assim, a demanda das atividades essenciais e auxiliares às atividades acadêmicas e administrativas.

A contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos, tais como aquisições e guarda de materiais, contratação, treinamento e administração de mão de obra.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades levantadas estão retratadas no quadro a seguir.

CUIDADOR – NÍVEL TÉCNICO EM ENFERMAGEM						
ITEM	CÂMPUS	QTD.	CARGA HORÁRIA TOTAL	Posto/Meses	Valor Mensal	Valor Anual
		40 horas				

1	GASPAR	1	40	1/12	R\$ 6.408,92	R\$ 76.907,04
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>40</b>	<b>1/12</b>	<b>R\$ 6.408,92</b>	<b>R\$ 76.907,04</b>
<b>TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS (TILs) – NÍVEL SUPERIOR</b>						
ITEM	CÂMPUS	QTD.	CARGA HORÁRIA TOTAL	Posto/Meses	Valor Mensal	Valor Anual
		20 horas				
2	SAO MIGUEL DO OESTE	1	20	1/12	R\$ 4.734,08	R\$ 4.734,08
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>20</b>	<b>1/12</b>	<b>R\$ 4.734,08</b>	<b>R\$ 56.808,96</b>
<b>TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS (TILs) – NÍVEL SUPERIOR</b>						
ITEM	CÂMPUS	QTD.	CARGA HORÁRIA TOTAL	Posto/Meses	Valor Mensal	Valor Anual
		40 horas				
3	CAÇADOR	2	80	2/12	R\$ 12.978,40	R\$ 155.740,80
	FLORIANÓPOLIS	1	40	1/12	R\$ 6.489,20	R\$ 77.870,40
	JOINVILLE	1	40	1/12	R\$ 6.489,20	R\$ 77.870,40
	LAGES	1	40	1/12	R\$ 6.489,20	R\$ 77.870,40
	PALHOÇA	5	200	5/12	R\$ 32.446,00	R\$ 389.352,00
	TUBARÃO	1	40	1/12	R\$ 6.489,20	R\$ 77.870,40
<b>TOTAL</b>		<b>11</b>	<b>460</b>	<b>11/132</b>	<b>R\$ 71.381,20</b>	<b>R\$ 856.574,40</b>
<b>TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 990.290,40</b>						

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 990.290,40

O valor total para esta contratação foi baseado nos acordos coletivos vigentes para cada um dos postos de trabalho/município do IFSC. O cálculo completo pode ser verificado na planilha de custo e formação de preços, anexo a esse ETP.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra. Justifica-se o **não parcelamento da solução** em virtude ao ganho em escala na contratação, se considerarmos que:

- Será instruído um único processo, em vez de 23 (um por Campus + Reitoria). O custo por processo, levantado pela CGU, é de R\$ 20.698,00;
- Será um único item/grupo que contempla os diversos serviços e Campus. Assim, as chances de fracasso em uma das unidades da rede será minimizada;
- O número de servidores envolvidos na gestão do contrato também será reduzida, haverá diversos fiscais técnicos, porém a fiscalização administrativa (documental) e a gestão do contrato ocorrerão de forma unificada, caso a gestão consiga conduzir a contratação por via de um único instrumento formal de contrato;
- Com mais postos de trabalho e um valor mais atrativo, as empresas conseguirão chegar a um valor de prestação de serviço mais competitivo, reduzindo o custo do IFSC;

Analisando o mercado atual, percebe-se que as empresas prestadoras de serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente dito, mas na administração da mão de obra envolvida na prestação desses serviços. Esta é uma realidade de mercado à qual o IFSC vem se adaptando e adequando seus contratos de dedicação exclusiva de mão de obra, pois é cada vez mais raro, por exemplo, firmar contratos com empresas especializadas somente condução de veículos ou em serviços de jardinagem.

As contratadas oferecem diversos tipos de serviço, normalmente em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.

Desse modo, a divisão do objeto não implica em ampliação da competitividade, tampouco em ganhos econômicos, pois as mesmas empresas participarão da licitação em diversos itens isolados, perdendo-se a economia de escala. Além do mais, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho. Portanto, em função do ganho de escala que a empresa adquire é esperada uma redução dos preços ofertados. Observada essa linha de raciocínio, a divisão destas contratações implicaria em aumento de despesas para o IFSC, seja para contratá-los, seja para geri-los. Assim, perante o ponto de vista técnico e econômico, serviços não especializados, como os constantes neste ETP, não devem ser divididos, sob pena de perda de economia de escala e possível prejuízo ao erário.

Esse novo modelo de contratação proposto tende a proporcionar uma maior economia de escala e tornar mais evidente e elevada a qualificação das empresas que possivelmente participarão do certame.

Considerando que escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, visando uma contratação ambiental e socialmente sustentável, não se trata apenas de escolher o menor preço. Todo o custo envolvido em retrabalho, processos administrativos sancionadores, audiências trabalhistas, depósitos judiciais, desgaste dos servidores e comunidade acadêmica com a má prestação dos serviços, são na maior parte das vezes custos imensuráveis, porém de proporção muito maior.

Pelas razões acima elencada, a equipe de planejamento optou pelo não parcelamento da solução.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações interdependentes para os serviços elencados.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os serviços previstos no PAT - PGC 2022.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O IFSC pretende por meio desta contratação apresentar ganhos diretos no preço final da licitação, e indiretos, por custo processual, custo de gestão do contrato, de recursos humanos que serão dedicados a contratação e sua gestão, gerando um resultado mais economicamente viável, eficiente e eficaz. Ainda pretendemos melhorar nossa curva de aprendizado no planejamento de compras, aferição dos resultados, para melhor executarmos todas as nossas contratações similares.

A economia processual também é grande. Segundo estudo divulgado pela Nota Técnica da CGU Nº 1081/2017 /CGPLAG/DG/SFC, que propôs a alteração dos limites das modalidades da Lei nº 8.666/93 entre outras, o custo na elaboração de um pregão eletrônico é na ordem de R\$20.698,00. O padrão processual para serviços terceirizados no IFSC é que cada Campus venha a elaborar seu processo de licitação.

Considerando que o IFSC está atuando para atender a 23 de suas unidades (Campus e Reitoria) neste processo, estima-se que deixará de gastar algo próximo a 440 mil reais. Além disso, acreditamos que a chance de rescisões contratuais e não-renovações anteriores aos 60 meses reduziria significativamente com a modelagem de processo que estamos planejando, levando-se em consideração também o histórico desde 2017, foram conduzidas cerca de 70 licitações para as mesmas necessidades deste processo, deixaríamos assim de gastar mais cerca de 1.4 milhões de reais, chegando num montante próximo a **dois milhões de reais de economia** ao longo de todo o contrato e suas renovações.

Além do exposto, o planejamento para esta contratação foi realizado buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na contratação de serviços de terceirizados, contemplando assim, a demanda das atividades essenciais e auxiliares às atividades acadêmicas e administrativas do IFSC.

Os padrões definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados, e os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam a obtenção de preço compatível com a finalidade estabelecida.

### 13. Providências a serem Adotadas

Antes da celebração deste contrato será necessária a capacitação dos servidores envolvidos na gestão e fiscalização do mesmo. As demais providências a serem tomadas já estão mapeadas e provisionadas pelo IFSC.

S

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU nos trouxe um capítulo inteiro (cap. 7, pag. 55) a respeito da sustentabilidade e impactos ambientais nos serviços, do qual grifamos:

"Nos termos do Decreto nº 7.746/12, a inserção da sustentabilidade em serviços contratados pela Administração Pública, tem como possibilidades:

- obrigação da contratada;
- especificação técnica do objeto (na descrição do serviço em si);
- requisito previsto em lei especial, de acordo com o disposto no inciso IV; do caput do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993 e IV do caput do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021;

Acrescente-se ainda a hipótese não prevista no referido decreto de inserção da sustentabilidade em serviços na condição de requisito de habilitação jurídica. Tal hipótese encontra-se na segunda parte do inciso V, do art. 28, da Lei nº 8.666, de 1993 e do art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021.

(...)

3) serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra

Em cada caso concreto, o órgão público deve verificar se o objeto a ser licitado comporta a inserção de aspectos de sustentabilidade.

Ao final do Guia consta a tabela com os principais objetos a serem licitados, seus impactos e respectivas providências. Não há registro direto, nesta tabela, dos serviços elencados pelo IFSC para esta contratação. Do que se conclui que o baixo impacto ambiental desta contratação não apresenta um volume relevante de necessidades a serem supridas, desta forma, os critérios de sustentabilidade e impactos ambientais específicos, caso existam, serão descritos junto à especificação dos itens no processo.

No que couber, solicita-se que a Contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), priorizando produtos biodegradáveis;
- Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
- Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

- Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;
- Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
- Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, no que couber.
- Observar, no que couber, as orientações do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002.
- Observar, no que couber, as orientações da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.
- O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pelo IFSC ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Declara-se, com base no estudo previamente realizado, que a contratação dos serviços especificados neste estudo é VIÁVEL dentro das condições estabelecidas na Instrução Normativa nº 05/2017/SLTI do atual Ministério da Economia.

## 16. Responsáveis

Favorável a aprovação.

**EVANDRO BELMIRO DA SILVA**

Diretor de Assuntos Estudantis

Favorável a aprovação.

**TALITA FERNANDA SILVA BOLDUAN**

Coordenadora de Ações Inclusivas

Favorável a aprovação.

**THIEGO RIPPEL PINHEIRO**

Chefe do Departamento de Compras





## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - FENEIS - PLANINHA DE CUSTO.xlsx (79.11 KB)